



MODELO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Número do processo GRP 2025/63485 e no PROA 25/8050-0035554-0.

2 – DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Portaria/Ordem de Serviço n.º 189.213

3 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 9.º, inciso I, do Decreto Municipal n.º 22.347/22).

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade tem a necessidade de alienar 932 eucaliptos, que ocupam 2,33 hectares de terra, correspondendo a 1.138,65m³ de toras e 1.650,42m³ de lenha (quantitativos estimados por amostragem), com encargo de corte, desgalhamento, limpeza dos resíduos das árvores e transporte do local, por serem considerados inservíveis para a Administração Pública Municipal e ocuparem espaço em área pública que será destinada para a implantação de um viveiro de mudas e demais atividades do Jardim Botânico de Caxias do Sul e porque alguns estão com risco de queda.

4 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO (Art. 9.º, inciso II, do Decreto Municipal n.º 22.347/22):

Poderão participar do leilão e oferecer lances, todos os interessados, de qualquer parte do país, maiores de 18 (dezoito) anos, Pessoas Físicas e Jurídicas inscritas respectivamente, no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda, cujos representantes estejam munidos de documento de identidade.

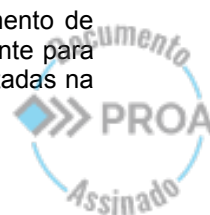
O representante da Pessoa Jurídica deverá ser o sócio-gerente, o diretor/administrador ou estar munido de instrumento público de procuração, que lhe conceda poderes legais concedidos por quem de direito, comprovado conforme Estatuto ou Contrato Social da empresa.

A licitante deverá declarar, através de documento de declaração específico, o seguinte:

- a) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração;
- b) o pleno conhecimento e da aceitação das regras e das condições gerais constantes do Edital e seus Anexos; e
- c) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema diretamente ou por intermédio de seu representante, assumidas como firmes e verdadeiras.

O(s) interessado(s) deverá(ao) ter conhecimento prévio dos bens a serem leiloados, não sendo aceitas reclamações no ato ou posteriores a arrematação, inclusive em relação a eventuais defeitos ou vícios ocultos. Para tanto, poderão realizar vistoria, não sendo obrigatória para fins de participação no certame, contudo o(s) interessado(s) não poderá(ao) desistir da compra em virtude de alegação quanto ao estado dos bens, cabendo, portanto, a verificação no ato da vistoria.

O pagamento deverá ser feito a vista por meio de pagamento de Documento de Arrecadação Municipal - DARM, que será expedida em nome do(a) arrematante para ser paga na rede bancária até o seu vencimento, a partir das informações listadas na ATA do leilão.





5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO (Art. 9.º, inciso III, do Decreto Municipal n.º 22.347/22):

Salienta-se que, conforme lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, a única forma de desfazimento de bens e através de alienação (leilão). Conforme versa o inciso II do Art. 76:

II – tratando-se de bens móveis, dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:

- a) doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de oportunidade e conveniência socioeconômica em relação à escolha de outra forma de alienação;
- b) permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;
- c) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica;
- d) venda de títulos, observada a legislação pertinente;
- e) venda de bens produzidos ou comercializados por entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades;
- f) venda de materiais e equipamentos sem utilização previsível por quem deles dispõe para outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

Reitera-se, apenas, que os itens objeto deste estudo não se enquadram nos casos de dispensa de licitação. Frisa-se que a contratação de leiloeiro oficial, através de Credenciamento (conforme definida no § 1º do Art. 31 da lei n.º 14.133), já foi executada, através do Edital De Chamamento Publico N. 348-2023. O contrato de Leiloeiros Oficiais e o n.º 2024-39.

Em consulta ao Portal Licitacon e demais fontes de contratações públicas verificamos que os demais órgãos públicos também efetuam o desfazimento de bens móveis através de alienação (leilão).

6 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 9.º, inciso IV, do Decreto Municipal n.º 22.347/22):

Conforme já explanado anteriormente, a única forma de desfazimento de inservíveis em atendimento a legislação vigente e através de alienação (leilão).

7 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (Art. 9.º, inciso V, do Decreto Municipal n.º 22.347/22):

Os bens a serem leiloados são 932 eucaliptos, que ocupam 2,33 hectares de terra, correspondendo a 1.138,65m³ de toras e 1.650,42m³ de lenha.

8 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 9.º, inciso VI, do Decreto Municipal n.º 22.347/22):

Não haverá despesas a serem suportadas pela Administração Municipal. Salienta-se que as custas com o leiloeiro oficial são de inteira responsabilidade dos arrematantes, sendo pago o valor de 5% do valor da arrematação ao leiloeiro.





9 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO (Art. 9.º, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 22.347/22):

A alienação em epígrafe ocorrerá em lote único, não cabendo parcelamento da solução.

10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES (Art. 9.º, inciso VIII, do Decreto Municipal n.º 22.347/22):

Para a contratação em epígrafe, há a necessidade de contratação correlata, no caso o credenciamento de leiloeiro oficial. Entretanto, o contrato de Leiloeiros Oficiais, n.º 2024-39, encontra-se vigente.

11 – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (Art. 9.º, inciso IX, do Decreto Municipal n.º 22.347/22):

Ao consultar o Plano Anual de Contratações (PAC) da Administração, disponível no site oficial da PMCS, verificamos que este se trata apenas de compras (calendário de compras), não existindo registro de alienações. Fonte: (<https://sam2.caxias.rs.gov.br/rh/cmp-item-calendario/consultar-calendario-compras>).

12 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Art. 9.º, inciso X, do Decreto Municipal n.º 22.347/22):

Os resultados que se pretende alcançar com esta alienação são a retirada destes bens do patrimônio público, evitando gastos com sua manutenção, bem como a venda destes pelo maior valor possível, garantindo o retorno destes valores aos cofres públicos, os quais poderão ser reinvestidos pela Administração Municipal, para um melhor atendimento da demanda de serviços públicos prestados a comunidade.

13 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO (Art. 9.º, inciso XI, do Decreto Municipal n.º 22.347/22):

O leilão será agendado junto ao leiloeiro oficial e ocorrerá em dia e horário a serem definidos, exclusivamente on-line, no site do leiloeiro oficial. Dado o exposto, a Administração deverá providenciar a publicação do Edital em tempo hábil e em conformidade com a legislação vigente. Reitera-se que, conforme o § 2º do Art.º 8 do Decreto Municipal N.º 22.639, de 17 de Julho de 2023, a publicação do Edital deve ocorrer 15 dias úteis antes da data de abertura do leilão.

14 – IMPACTOS AMBIENTAIS (Art. 9.º, inciso XII, do Decreto Municipal n.º 22.347/22):

Os arrematantes deverão providenciar a Licença Ambiental, emitida pelo órgão competente municipal.

É de inteira responsabilidade dos ARREMATANTES a adequação de todos os bens arrematados conforme a legislação vigente de trânsito, bem como adequação as normas e leis vigentes de segurança e ambiental, caso aplicável.





15 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 9.º, inciso XIII, do Decreto Municipal n.º 22.347/22):

Esta equipe de planejamento declara VIÁVEL esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Caxias do Sul, 29 de janeiro de 2026.

Morgana Rech,
Matrícula 20.262





25805000355540

Nome do documento: 5 C Estudo Tecnico Preliminar.odt

Documento assinado por

RONALDO BONIATTI
MORGANA RECH

Órgão/Grupo/Matrícula

PMCXSUL / SEMMA-GAB / 36516
PMCXSUL / SEMMA-GEP / 20262

Data

04/02/2026 09:42:42
04/02/2026 10:30:20

